

10536 - Condições de (in)segurança alimentar em um assentamento rural do estado do Mato Grosso

Conditions of food (in)security in a rural establishment of Mato Grosso state

CÓCARO, Henri¹; CÓCARO, Elaine Souza²; REIS, Raíza Marques³; CALEGARIO, Cristina Leis Leal⁴

1 Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais - Campus Rio Pomba, henri.cocaro@ifsudestemg.edu.br; 2 Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais - Campus Rio Pomba, elaine.cocaro@ifsudestemg.edu.br; 3 Instituto Federal de Mato Grosso - Campus São Vicente, raiza.magro02@hotmail.com; 4 Universidade Federal de Lavras, ccalegario@dae.ufla.br

Resumo: O objetivo deste trabalho foi mensurar, através da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, a condição de (in)segurança alimentar dos domicílios de um assentamento rural e relacioná-las com variáveis sócio-econômicas. Como resultados, encontrou 90% dos domicílios em condição de Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar Leve, mostrando que houve uma contribuição positiva das ações de políticas públicas de reforma agrária para o atendimento à segurança alimentar no assentamento estudado.

Palavras -Chave: Reforma Agrária, Segurança Alimentar, Desenvolvimento Rural.

Abstract: *The objective of this paper was to measure, through the Brazilian Scale of Food Insecurity, the condition of food (in)security of homes of a rural establishment and relate them with socioeconomic variables. As results, it founds that 90% of the homes are in condition of Food Security and Light Food Insecurity, showing that there is a positive contribution of the public politics actions of land reform to assist the food security in the studied establishment.*

Key Words: *Land reform, Food Security, Rural Development*

Introdução

A segurança alimentar e nutricional (SAN) implica na garantia de todos(as) a alimentos básicos de qualidade e em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Já a insegurança alimentar é caracterizada pela dificuldade ou acesso à comida em quantidade e qualidade suficientes para a manutenção da saúde e do bem-estar de uma pessoa, representa um dos sérios problemas sociais do Brasil (BRAGA, 2004).

A segurança alimentar vem sendo discutida como um direito fundamental a vida humana, o direito de se alimentar. Tal direito não vem sendo usufruído por milhões de pessoas que passam fome no mundo, as quais se encontram em situações de vulnerabilidade alimentar principalmente em decorrência da insuficiência de renda para acesso aos alimentos via mercado e inconstância do abastecimento no mercado interno. Neste contexto, o direito a terra é visto também como estratégia de redução de tais riscos (DUVAL et al., 2008).

O estado do Mato Grosso se destaca com 574 assentamentos rurais territorializados em 112 municípios além do maior número de famílias assentadas (93.838), e a maior área destinada a reforma agrária na região Centro Oeste com 5.999.178 hectares (GONÇALVES, 2008). No município de Campo Verde-MT, o assentamento Santo Antônio da Fartura foi homologado no ano de 2.000, pelo INCRA. Possui uma área total de 9.500 hectares com 266 lotes, cada qual com uma área aproximada de 24 hectares, tendo como forma de fomento a agricultura familiar (SEDER, 2007).

Muito se tem discutido sobre a efetividade das ações dos programas de reforma agrária no Brasil, porém, a maioria das referências sobre o tema o examina de maneira generalista enfatizando “a fixação do homem do campo” deixando a desejar no monitoramento das ações que conduzem a esse propósito. Este trabalho se propôs a investigar o resultado de parte dessas ações através da determinação dos níveis de (in)segurança alimentar em um assentamento rural. Como objetivos específicos, buscou: mensurar, através da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), a situação de (in)segurança alimentar dos domicílios e relacioná-la com variáveis sócio-econômicas.

Metodologia

O estudo foi realizado no período de dezembro de 2010 a março de 2011, no Assentamento Santo Antonio da Fartura, município de Campo Verde-MT. Das 266 famílias, 69 famílias foram entrevistadas utilizando como instrumento para coleta de dados dois questionários: um semi-estruturado para levantamento das condições sócio-econômicas, e um questionário estruturado para a avaliação da segurança alimentar. Este último foi fundamentado na EBIA e teve como objetivo captar, no âmbito da família, as percepções sobre segurança e insegurança alimentar por meio da formulação de perguntas diretamente ao responsável da família pela alimentação do domicílio, com as alternativas do tipo “sim e não”. Cada resposta afirmativa representa 1 ponto, sendo a pontuação da escala sua soma, variando em uma amplitude de 0 a 15 pontos.

Nesse sentido, os resultados permitiram classificar os domicílios em quatro categorias: **Segurança alimentar**– Todas as respostas aos itens EBIA são negativas. Neste caso não há problema de acesso aos alimentos em termos qualitativos ou quantitativos e não há preocupação de que os alimentos venham a faltar no futuro; **Insegurança alimentar leve**– De uma a cinco respostas positivas aos itens. Há preocupação com a falta de alimentos no futuro próximo e arranjos domésticos para que os alimentos durem mais; **Insegurança alimentar moderada**– De seis a dez respostas positivas aos itens. Nesta situação há comprometimento da qualidade da alimentação, na busca de manter a quantidade necessária. Neste nível de insegurança, inicia-se a redução da quantidade de alimentos entre os adultos da família; **Insegurança alimentar grave**– De onze a quinze respostas positivas. Condição em que há restrição da quantidade de alimentos, levando à situação de fome entre adultos e crianças da família.

A análise dos dados foi realizada a partir de tabulação realizada no software SPSS e em planilha eletrônica, com a finalidade de determinar o nível de (in)segurança alimentar das famílias e sua relação com as variáveis sócio-econômicas: número de membros da família; escolaridade; renda per capita; participação no acampamento; produtos produzidos; destino da produção; origem dos recursos para compra de alimentos; participação em programa do governo.

Resultados e discussão

Os resultados a respeito das condições de (in)segurança alimentar estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1. Condição de (in)segurança alimentar segundo das famílias do assentamento rural Santo Antônio da Fartura, Campo Verde-MT (n = 69).

Categorias de segurança alimentar	Domicílios com pelo menos um morador com menos de 18 anos de idade	%
Segurança Alimentar	0 pontos	28%
Insegurança Alimentar Leve	1 a 5 pontos	62%
Insegurança Alimentar Moderada	6 a 10 pontos	10%
Insegurança Alimentar Grave	11 a 15 pontos	0%

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

Para efeitos de discussão as categorias de segurança alimentar foram agrupadas em duas: Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar Leve; e Insegurança Alimentar Moderada e Insegurança Alimentar Grave. Assim, nota-se que a maioria dos domicílios (90,0%) encontram-se na primeira categoria enquanto 10% encontram-se na segunda. Esses dados indicam que há uma contribuição positiva das políticas públicas de reforma agrária com o atendimento à segurança alimentar no caso estudado. Porém a relação da condição da (in)segurança alimentar dos domicílios com as variáveis sócio-econômicas fornecem mais subsídios para essa análise e são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2. Condição de (in)segurança alimentar segundo variáveis sócio-econômicas de famílias do assentamento rural Santo Antônio da Fartura, Campo Verde-MT (n = 69).

Variáveis	Segurança alimentar e Insegurança alimentar leve		Insegurança alimentar moderada e Insegurança alimentar grave	
	n	%	N	%
Número de membros na família				
< 5 pessoas	46	74%	6	86%
> 5 pessoas	16	26%	1	14%
Escolaridade				
< 4 anos	18	29%	1	14%
> 4 anos	44	71%	6	86%
Renda Familiar Mensal				
Até R\$ 600,00	21	34%	5	71%
R\$600,00 a R\$1.000,00	18	29%	1	14%
Mais de R\$1.000,00	23	37%	1	14%
Produtos Produzidos				
Legumes	14	23%	2	33%
Verduras	30	50%	4	67%
Frutas	11	18%	0	0%
Carnes	3	5%	0	0%
Outros	2	3%	0	0%

Destino da produção

Venda in Natura	57	95%	6	100%
Consumo Próprio	2	3%	0	0%
Alimentação Animal	1	2%	0	0%

Recursos para compra de alimentos

Rendimentos das lavouras	41	66%	5	71%
Venda na feira	2	3%	0	0%
Aposentadoria	5	8%	1	14%
Bolsa-família	3	5%	0	0%
Trabalho externo	11	18%	0	0%
Outros	0	0%	1	14%

Participa de programa do governo

Sim	37	60%	3	43%
Não	25	40%	4	57%

Qual programa participa

PRONAF	24	63%	1	50%
Bolsa Família	14	37%	1	50%

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

Os resultados indicam que a maior parte dos casos de segurança alimentar e insegurança alimentar leve situaram-se entre famílias com menos de 5 pessoas (74%). Essas informações são semelhantes as de Panigassi et al (2008) que encontraram prevalência de insegurança alimentar moderada e grave em famílias com mais de 4 pessoas confirmando que famílias mais numerosas têm dificuldade em garantir condições de segurança alimentar adequadas.

Avaliando-se a escolaridade, nota-se que ela é diretamente proporcional à melhor condição de segurança alimentar, pois quanto maior a escolaridade (> 4 anos) maior foi a prevalência de segurança alimentar e insegurança alimentar leve (71%). Resultado que é semelhante ao encontrado por Fávaro et al (2004) com indígenas Térena no interior do Mato Grosso do Sul. Eles observaram que nas famílias onde a escolaridade materna era menor (< 3 anos), a proporção de insegurança alimentar moderada e grave era significativamente maior (73,1%) do que entre famílias com escolaridade materna maior (30,4%). A maior escolaridade em uma família permite que estratégias sejam elaboradas para o enfrentamento da situação de dificuldade de acesso aos alimentos.

Ainda que a renda seja fator decisivo para o acesso e compra do alimento, como demonstrado nos resultados encontrados por Vianna et al (2008) em pesquisa realizada com 14 municípios no interior da Paraíba, neste trabalho percebeu-se que existe uma distribuição uniforme das famílias em condição de segurança alimentar e insegurança alimentar leve nos estratos de renda familiar mensal. Isso indica que, independente da faixa de renda, as famílias tem utilizado, de forma equilibrada, estratégias para atender as suas necessidades alimentares de acordo com a renda disponível.

É emblemático notar que a maior parte da produção de alimentos é de verduras e legumes (73%) destinados a venda in natura (95%) e não ao consumo próprio (3%), o que poderia conduzir a uma situação de insegurança alimentar grave. Porém, grande parte das famílias encontra-se em condição de segurança alimentar e insegurança alimentar

leve (90%) porque a maior parte da renda destinada à compra de alimentos vem da própria venda da produção das lavouras (66%), em boa parte impulsionada pelo PRONAF (63%), e isso garante alimento em quantidade adequada para toda a família.

Verificou-se que a maior parte das famílias que se encontravam em situação de segurança alimentar e insegurança alimentar leve são beneficiárias de programas do governo (60,00%), sendo o mais utilizado o PRONAF (63%). Isto provavelmente ocorre porque o PRONAF é um programa que dá suporte à produção agrícola para geração de renda diferentemente do Bolsa Família, que é um programa que dá suporte ao consumo e, a partir deste, transfere renda.

Considerações Finais

Outros fatores contribuem para justificar os resultados positivos do assentamento como a sua localização próximo ao entroncamento da BR 364 com a BR 070, facilitando o escoamento da produção tanto para Campo Verde, Cuiabá, Rondonópolis e região. Outro fator é o tempo de existência do assentamento (11 anos), pois este passou por várias transições e adaptações desde a época da sua implantação, tendo na maior parte dos domicílios um residente com ocupação secundária à atividade agrícola, o que aumenta a renda familiar e, a princípio, melhora a condição de segurança alimentar.

Embora haja muitas críticas na mídia de massa sobre a criação e implantação de assentamentos rurais como estratégia para o desenvolvimento sustentável, para a desconcentração da estrutura fundiária e para a redução da violência e da pobreza no campo, o caso estudado mostra que o projeto do assentamento Santo Antonio da Fartura está atingindo seu propósito sob a perspectiva do atendimento à condição de segurança alimentar das famílias lá residentes.

Agradecimentos

Aos agricultores familiares do Santo Antônio da Fartura que contribuíram gentilmente para o desenvolvimento da pesquisa, ao IFMT-Campus São Vicente e ao CNPQ pela bolsa PIBITI.

Bibliografia Citada

BRAGA, V. **Cultura Alimentar: Contribuições da Antropologia da Alimentação**. Saúde Rev., Piracicaba, 6(13): 37-44, 2004.

DUVAL, H. C.; VALENCIO, N. F. L. S.; FERRANTE, V. L. S. B. Autoconsumo num assentamento rural: segurança alimentar e agroecologia em debate a partir de um estudo de caso. **Retratos de Assentamentos**, nº 11, p 101-131, 2008.

FÁVARO, T.; RIBAS, D. L. B.; ZORZATTO, J. R.; SEGALL-CORRÊA; A. M.; PANIGASSI, G. Segurança alimentar em famílias indígenas Terêna, Mato Grosso do Sul, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23(4): 785-793, abr, 2007.

GONÇALVES, E. C. Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos no Brasil: Compreender a diversidade e a atualidade da reforma agrária. **Anais... XV Encontro Nacional de Geógrafos**, 2008, São Paulo, SP. 1 CD ROM.

PANIGASSI, G; SEGALL-CORRÊA, A. M; MARIN-LEÓN; L; PÉREZ-ESCAMILLA, R;

SAMPAIO, M. F. A; MARANHA, L. K. Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24(10):2376-2384, out, 2008.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE (SEDER). **Informações sobre o número de domicílios e o total de habitantes dos assentamentos do município de Campo Verde – MT**. 2007.

VIANNA, RPT, SEGALL-CORRÊA, AM. Insegurança alimentar das famílias residentes em municípios do interior do estado da Paraíba, Brasil. **Rev. Nutr.**, Campinas, 21(Suplemento):111s-122s, jul./ago., 2008.